

# A LEI 10.639/03 E A IMPORTÂNCIA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Jocéli Domanski Gomes dos Santos**

## **Resumo**

O presente artigo pretende abordar a questão que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, discorrendo sobre os problemas para sua aplicação, especialmente os relacionados à falta de formação dos professores para trabalharem estes temas. A dificuldade também está no campo dos educadores não reconhecerem a importância da história e da cultura africana para a compreensão da história do Brasil. Apesar dos seus limites, a implementação da lei nos ajudará a cumprir nossos grandes objetivos como: levar a reflexão sobre a discriminação racial, mudar a mentalidade preconceituosa e superar as desigualdades raciais.

**Palavras-chave:** lei 10.639/03; ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Discriminação racial.

## **Abstrat**

This article seeks establishing compulsory teaching of history and culture Afro-Brazilian and African world in basic education, on the problems for your application, especially those related to the lack of training of teachers to work these themes. The difficulty is also in the field of educators do not recognise the importance of African culture and history to the understanding of the history of Brazil. Despite its limitations, the implementation of the law will help us meet our major objectives as: lead to reflection on racial discrimination, blinkered attitude change and overcome racial inequalities.

**Keywords:** Law 10.639/03; teaching of History and Culture Afro-Brazilian; racial Discrimination.

## **Introdução**

A partir de 2003, vários pensadores fizeram reflexões sobre o ensino da História e das problemáticas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Entre as discussões, o debate acerca do combate à discriminação racial e o ensino da História da África.

Ensinar História da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira. Com a lei sancionada, tornando obrigatório o ensino da História dos afro-brasileiros e africanos no ensino fundamental e médio, deu-se conta das dificuldades de sua implementação, a começar que com algumas exceções os professores nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a história da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nestes

níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, os alunos passam a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações.

No dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a lei, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer 003/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer propõe uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola visando à implementação da lei.

Muitas foram as reações com relação à nova lei, alguns a acharam desnecessárias, outros porém consideraram um grande avanço para a educação brasileira. Os críticos a acharam desnecessária já que os conteúdos já estavam presentes na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e por ferir a autonomia curricular dos estados brasileiros.

Podemos então nos perguntar: em que medida o ensino da História e da cultura Africana nas escolas irá contribuir para a superação do racismo e das desigualdades raciais?

Percebemos que para efetivar a lei, não é tarefa só dos professores, mas sim de toda a escola, de todas as disciplinas, não apenas como um projeto, em datas comemorativas, mas sim em todo o decorrer do ano letivo, pois é preciso que se recupere o orgulho de ser negro, de se buscar uma pedagogia de auto-estima. Devem os professores, ao tratar a História da África e da presença negra no Brasil, fazer abordagens positivas, claro que não deixando de mostrar todo o sofrimento dos negros, mas principalmente salientando as várias lutas de resistências empreendidas por eles (Malês-1835, Cabanagem-1835/1840, Balaiada-1838/1841 e Palmares).

### **1- Histórico da lei 10.639/03**

A História do Brasil tem suas raízes do outro lado do Atlântico, pois de lá vieram os negros africanos para aqui se tornarem mão-de-obra escrava, mas também trouxeram suas tradições, seus costumes, suas cores. Com isso contribuíram imensamente para a formação cultural e social do povo brasileiro.

Por isso, salientamos a necessidade urgente de se conhecer a história deste povo que foi e ainda é muito importante para o nosso país. Segundo Alberto da Costa e Silva, “a história da África é importantes para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos.

Mas é importante também por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados”.

Foram criadas em várias partes do Brasil, Centros de Estudos Africanos (Bahia, São Paulo etc.). Com a promulgação da lei, que foi precedida por leis municipais em Belém, Aracajú e São Paulo, é resultado de um longo processo de ações realizadas pelo Movimento Negro.

Desde os primeiros quilombos, até os mais recentes movimentos em que lutam pela posse da terra dos seus descendentes, os negros não pararam de lutar e resistir contra a escravidão. Com a abolição, uma nova realidade surge para os negros, sem trabalho, moradia, enfim numa situação tão deprimente, eles passam a se organizar de forma mais efetiva, para garantir a unidade do grupo e também para galgarem melhores condições de vida. A imprensa negra começou sua atividade em 1920, dando notícias sociais sobre a comunidade. Nomes de jornais como Menelik, Alfinete e Clarim da Alvorada fazem parte da história do negro no Brasil. Outra organização importante foi a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, com cerca de 400 membros, inicialmente instalada em São Paulo, depois surgiu em outros estados. Em 1937, com o Estado Novo, a Frente Negra foi desativada.

Em 1944, Abdias Nascimento funda o Teatro Experimental do Negro (TEN), a fim de inserir no teatro o elemento negro. Nos anos de 1950/60, o TEN produziu muitos espetáculos sobre a temática negra. Em 1954, surge a Associação Cultural do Negro (ACN), que reuniu nomes como Abdias Nascimento, Solano Trindade e Fernando Góis, tinha também como objetivo a preocupação de construir uma ideologia para o negro brasileiro.

As escolas de samba também tiveram um papel de destaque, pois foram considerados centros que congregam negros, proporcionando um espaço de sociabilidade.

Dos anos 60/70, fatos como a luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, as guerras de libertação dos países africanos colonizados e o fechamento político da sociedade brasileira imposta pela ditadura militar, a partir do golpe de 1964, espalharam a militância negra organizada pelos movimentos sociais de resistência e luta contra a ditadura. Nas brechas políticas que surgiam, eram formadas organizações culturais como: Sinba (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África), no Rio de Janeiro, o Movimento Negro Unificado (MNU) que se consolida como entidade negra nacional.

Com o centenário da abolição, em 1988, o Brasil já possuía um amplo leque de organizações sociais preocupadas com a luta da população negra. Na USP, um grupo de funcionários e professores da universidade fundou o Núcleo De Consciência Negra, que empreendeu uma luta pelas cotas na universidade, isto em 1993/94. As mulheres negras também começam a se organizar, em várias partes do Brasil. Essas são algumas das organizações negras que continuam na luta contra o racismo e buscando uma melhoria na qualidade de vida dos negros brasileiros.

Após este breve relato sobre a história dos movimentos negros, voltemos para a lei, desde a década de 1970 o movimento negro, luta para incluir a história do negro no currículo escolar. Essas primeiras iniciativas foram impulsionadas pela constatação, por parte do movimento negro, de que os PCNs abordam a temática racial/étnica na “pluralidade cultural” em forma de orientação genérica, sem maiores conseqüências na produção de políticas educacionais. O Movimento Negro já alertava que a evasão escolar se dava além do déficit financeiro, também pela questão do racismo presente nos livros didáticos, além da falta de conteúdos que valorizassem a identidade da criança negra no currículo escolar.

A partir de 1980, a ONU faz uma campanha mundial contra a discriminação racial e todas as formas de intolerância. Uma das conseqüências foram as políticas públicas de ações afirmativas para mulheres, portadoras de necessidades especiais, negros e indígenas. O projeto de lei nº 18 de 1995, de autoria da senadora Benedita da Silva (PT/RJ) propunha a inclusão de História da África nos três níveis de ensino.

Na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul, 31 de agosto a 07 de setembro de 2001)- uma das propostas defendidas e aceitas pelo governo brasileiro foi a de se introduzir no currículo escolar a disciplina “História Geral da África e do Negro no Brasil.

Porém, a proposta do movimento social negro, só veio a ser atendida, em grande parte, em 09 de janeiro de 2003, com a assinatura da lei 10639/03, oriunda do Projeto de Lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira.

A nova legislação acrescentou dois Artigos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

*Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira.*

**Parágrafo Primeiro** - *O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.*

**Parágrafo segundo** - *Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.*

**Art.79-B** – *O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.*

## **2- PARECER 003/2004**

A partir da publicação da Lei 10.639/003, em março de 2003 e no ano seguinte do Parecer 003/004 que regulamenta a implantação da lei, os debates sobre relações raciais no Brasil, tornaram-se mais intensos. Por um lado estudiosos de uma visão mais crítica defendendo a necessidade de uma reorganização de currículo, que contemple a cultura africana e afro-brasileira como elemento fundamental da nossa cultura e, em defesa de políticas sociais compensatória, por outro lado conservadores, principalmente da imprensa falada e escrita condenando as cotas raciais, justificando que as mesmas causariam um racismo reverso. Explicito parte do texto do Parecer como forma de explicação de um dos motivos do reavivamento dos debates acirrados sobre relações raciais no Brasil.

O Parecer procura oferecer uma resposta, na área da educação, á demanda da população afro descendente, regulamentando políticas de ações afirmativas, políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade.

Tratam de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial (descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos) para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Estas políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprio, manifestar com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário salientar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como todos os cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas do conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. A formação de professores torna-se indispensável para uma educação que vise o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos diferentes povos que habitam o Brasil, particularmente os descendentes de africanos.

Conforme a relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

*Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras. (Parecer CNE/CP 3/2004 ;16)*

### **3-Conselho Estadual de Educação do Paraná**

No campo educacional, além da lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais, a Deliberação Estadual 04/06, diz em seu artigo 2º que: “*o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica*”.

Tais conteúdos não assuntos a serem trabalhados esporadicamente na forma de projetos ou apenas durante dias específicos como o Dia da Consciência Negra, mas sim conforme indicam as Diretrizes Curriculares, conteúdos que devem ser trabalhados em todas as disciplinas da matriz curricular e assim estar contemplados no Projeto Político-Pedagógico de cada instituição de ensino.

### **4- A abordagem da História da África em nossas Escolas e o seu desconhecimento.**

A aprovação da lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos afrodescendentes, gerou nos meios escolares e acadêmicos muitas dúvidas. Como ensinar o que não se conhece? Não estudamos a África! O que sabemos sobre a África? Se perguntarmos, com certeza teremos lembranças e imagens preconceituosas e chocantes, como a fome e a miséria, a AIDS que se alastram, as lutas internas entre as etnias ou animais exóticos. Quando falamos em África no Brasil, e, especialmente nas nossas salas de aula, a primeira lembrança é a escravidão, os negros, que foram trazidos para o nosso país nesta terrível condição. Ora, estudamos a Grécia, Roma, reformas, revoluções e nada sobre a África da qual junto com europeus e índios formaram a nação brasileira.

Desde que surgiu a primeira cátedra de História no país, em 1838, no colégio Pedro II, até o final dos anos 1970, as mudanças no ensino da disciplina foram limitadas pelo modelo positivista em uso. Porém, nos anos 1980 e 1990, estabeleceu-se um diálogo, mais ou menos aberto, entre vários setores interessados em repensar a abordagem da História Nova passam a fazer parte dos livros didáticos, incorporando abordagens econômicas e estruturais dos conteúdos determinados pelos currículos.

Aqueles que se sentaram em bancos escolares até o fim da ditadura militar tinham que se contentar ou aturar uma História positivista recheadas de memorização de datas, nomes de heróis, listas de presidentes. Sem contar com a extrema valorização do eurocentrismo na História Geral e a exaltação dos governantes e da nação na História do Brasil. Não havia espaço para críticas e participação de pessoas comuns nos fatos históricos. Na década de 80, por ocasião do processo constituinte varias atividades e debates foram realizados pelos movimentos negros, o objetivo era de incluir no capítulo da educação da nova constituição ações visando o combate ao racismo. Nessa mesma década (1990), através da historiografia francesa, encontramos uma presença mais marcante da História Nova nos livros didáticos e nas salas de aula, que passou a chamar-se História Temática.

A partir de 2003, vários pensadores fizeram reflexões sobre o ensino de História e das problemáticas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Entre as discussões, o debate acerca do combate à discriminação racial e o ensino da História da África. Ensinar História da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira.

Com a lei sancionada, tornando obrigatório o ensino da História dos afro-brasileiros e da África no ensino fundamental e médio, deu-se conta das dificuldades de sua implantação, em geral, os professores nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nestes níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, os alunos passam a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações.

Sendo assim, é muito comum, que as pessoas, sejam elas estudantes ou não, tratem a África de forma preconceituosa, reproduzimos em nossas idéias as notícias que circulam pela mídia, e que revelam um continente marcado pela miséria, guerras étnicas, AIDS, como já foram citadas. As imagens e informações que dominam os meios de comunicação, os livros didáticos incorporando a tradição racista e

preconceituosa sobre o continente e a discriminação à qual são submetidos os afros descendentes aqui dentro.

Portanto é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África e incorporadas pelos brasileiros são o resultado de ações e pensamentos do passado e do presente. Todo este processo de preconceito e discriminação pelos quais os afros descendentes hoje enfrentam, começa no passado quando há o primeiro contato dos europeus com os africanos o confronto das culturas, começa aí, as dificuldades de se aceitar as diferenças. Os europeus, quase sempre emprestaram um aspecto de inferioridade aos povos da região. O psiquiatra negro Frantz Fanon, ao investigar os impactos psicológicos do processo de dominação europeia na África, afirma que “O negro nunca foi tão negro quando a partir do momento em que foi dominado pelos brancos” (FANON, 1983: p.212).

Desde a Antiguidade, os escritos de viajantes, historiadores ou geógrafos, fazem a referência à África a partir dos elementos que parecem ter mais chamado a atenção como a cor da pele dos africanos, chamados de etíopes e as características geográficas da região, conhecida por Etiópia, acreditava-se que a parte habitável da Etiópia era moradia de seres monstruosos: “Os homens de face queimadas”. A cor negra, associada no imaginário a escuridão e ao mal, remetia no inconsciente europeu, ao inferno e às criaturas das sombras. O Diabo, nos tratados de demonologia, nos contos moralistas e nas visões das feiticeiras perseguidas pela inquisição, era, coincidentemente, quase sempre negro (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2004: p.56).

As maiorias dos historiadores achavam que investigar o passado do continente negro ainda era uma tarefa marcada pelo isolamento e pelo descaso, a maioria dos historiadores julgava desnecessária ou inviável, já que para os historiadores do século XIX ou da virada para o século XX, a História da África, teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do continente. Não só pela ação de registrar e relatar feita pelos viajantes, missionários e comerciantes do século XV ao século XIX, mas principalmente pelas mudanças introduzidas pelos europeus na África e que tudo que lá foi encontrado (referente à cultura africana) não passaria de uma cópia inferior ao produzido em outros lugares. A mudança desta perspectiva começou a ocorrer um pouco antes das lutas pelas independências, dos anos de 1950 e 1960 e se estenderia até o final da década de 70. De forma geral, pode-se afirmar que, na segunda metade do século XX, aconteceu uma

espécie de revolução nos estudos sobre a África. As investigações se diversificaram e ampliaram suas abordagens.

De forma geral, a independência criou por parte de uma elite política e intelectual, a necessidade de elaboração de identidades africanas dentro do continente, e deste perante o mundo, foi preciso retornar ao passado, encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos para o continente possuir uma história tão rica e diversificada quanto à européia.

As investigações deveriam, por tanto, focar a África com as histórias de seus reinos e civilizações como exemplos de organização, transformação e produções, a fim de que em nada ficassem a dever para os padrões europeus. Assim como os vestígios materiais deixados do passado como as técnicas de cultivo, padrões de estética da arte, ruínas, etc., tomando o cuidado para não se utilizar do afrocentrismo.

Percorrido este breve caminho sobre a abordagem da História da África em nossas escolas, temos ainda não respondido a pergunta inicial: o que sabemos da África? Talvez demore mais algum tempo para que possamos professores e alunos fazê-lo com desenvoltura.

Quase cinco anos depois de ter entrado em vigor, a lei que tornou obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira na educação básica não saiu do papel. A secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), reconhecem o não cumprimento da legislação e projeta para 2010 o início de uma reversão na deficiência pedagógica atual. Enquanto isso, apenas um seleto grupo têm acesso à imagem de um continente que no período medieval tinha técnicas avançadas de construção, impérios, domínios da escrita e até universidade. Essa realidade fazia parte da África antes da chegada dos europeus, mas é desconhecida dos alunos nas escolas do país. Nas salas de aula predomina a imagem de “tribos”, negros escravizados, além da herança cultural, limitada à prática do candomblé, capoeira e culinária.

Porém, fica evidente que estudar História da África, mesmo não sendo uma tarefa tão simples, é algo imperioso e urgente, as limitações surgem, o preconceito existente na sociedade brasileira, o descaso da Academia, o despreparo dos professores, o desinteresse pelas editoras, tudo isso faz com que nossa pergunta fique ainda um bom tempo sem resposta.

Segundo alega a coordenadora geral de Diversidade e Inclusão Educacional da SECAD, Leonor Franco de Araújo, a primeira dificuldade na implementação é a própria

construção cultural racista da sociedade, intrínseca também nas universidades. “As universidades deveriam trabalhar com essa questão na formação inicial dos professores. Isso não está acontecendo”.

Segundo o professor Henrique Cunha, não é possível conhecer a História do Brasil sem o conhecimento da história dos povos que deram início à nação brasileira. A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo brasileiro. (CUNHA, 1997, p. 67).

## **5- Ações realizadas durante PDE**

### **5.1 - OAC**

Como parte do meu projeto PDE, realizei um OAC (Objeto de Aprendizagem Colaborativa), que tem como proposta instrumentalizar os professores da Rede Estadual de Educação do Paraná em sua prática pedagógica, sendo um recurso para a discussão coletiva das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Paraná. Entretanto, o OAC tem como princípio o respeito à autonomia intelectual do educador.

O resultado deste processo é uma mídia digital, disponibilizada na WEB, cujo autor é o professor da rede estadual. Os OAC são produzidos tendo como referencial curricular as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e seus conteúdos estruturantes.

Neste ambiente colaborativo, todos os educadores da Rede Estadual de Ensino do Paraná têm a possibilidade de interagir e compartilhar informações, formando uma grande comunidade virtual de aprendizagem, suportada por computadores. Cada um colabora com o seu conhecimento, podendo chegar a um objetivo comum de aprendizagem.

Assim, meu OAC, teve como conteúdo estruturante as Relações Culturais, como conteúdo básico a Cultura Afro-Brasileira e Africana e com conteúdo específico o Preconceito e Discriminação racial para com os afrodescendentes.

Trabalhei a questão sobre o desconhecimento da cultura africana, sabendo que este desconhecimento leva ao preconceito. Em seguida, trabalhei com termos que usamos no dia a dia, mas que foram construídos ao longo das relações entre negros, brancos e outros grupos étnicos que vivem em nosso país. Estes termos são o racismo, discriminação racial, preconceito, termos que nem sempre sabemos o significado e a

complexidade deles. Também trabalhei textos que falavam sobre a discussão sobre as cotas raciais, tema polêmico que divide opiniões.

No OAC também se faz sugestões de sítios para pesquisa, sugestões de filmes e de leitura. Coloquei como destaque no campo “Notícias”, a matéria: Projeto proíbe livro didático preconceituoso, onde é possível fazer uma análise de como estereótipos e estigmas se fazem presentes nos livros didáticos e literários e reproduzem ideologias de superioridade e inferioridade a determinados grupos, sobretudo de negros (as).

Acredito que este trabalho contribuiu de forma significativa para o conhecimento do tema e as discussões sobre ele, principalmente para os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

## **5.2 - GTR**

O Professor PDE, como parte do seu programa de capacitação, também foi responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento de um curso à distância denominado Grupo de Trabalho em Rede, onde se fez uso da plataforma Moodle, através do seguinte endereço: <https://www.e-escola.pr.gov.br>, momento este em que houve uma troca de idéias, experiências do tutor (PDE) com os outros professores da rede estadual de ensino do Paraná. Esta atividade foi desenvolvida ao longo do segundo e terceiro períodos do programa contando com um cronograma elaborado pela SEED, onde além de datas a serem cumpridas constava dos deveres dos tutores e professores da rede participantes do GTR, conforme segue abaixo:

- Módulo I – O professor PDE neste módulo solicitou ao professor da rede informações sobre identificação, formação acadêmica, cursos realizados, experiência profissional e conhecimento na área de informática. O professor da rede por sua vez teve de encaminhar as informações solicitadas ao Tutor, disponibilizar a sua apresentação ao Grupo e conhecer o perfil dos participantes do Grupo.

- Módulo II – O Tutor solicitou ao participante da rede a leitura e análise de um texto do historiador inglês Peter Lee: Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: Compreensão das pessoas do Passado, na página do PDE – [www.pde.pr.gov.br](http://www.pde.pr.gov.br) em “materiais pedagógicos/textos e vídeos”.) O professor da rede teve a incumbência de encaminhar e analisar o texto indicado pelo Tutor e participar na discussão proposta por este.

- Módulo III – Coube ao professor PDE socializar o conteúdo do seu Plano de Trabalho para o Grupo e solicitar ao professor participante uma análise, considerando: Título e problematização do tema; Descrição do objeto de estudo; Fundamentação Teórica; Encaminhamentos metodológicos e Referências. Neste módulo os participantes ( 27 ), encaminharam a análise solicitada ao Tutor, participando também da proposta de discussão organizada pelo professor PDE, no caso o Tutor. São comentários dos participantes do GTR no Fórum a respeito do Plano de trabalho: se está bem elaborado; o título adequado ao que se propôs a pesquisar; a problemática apresenta obstáculo a ser transposto; os questionamentos são desafiadores; a metodologia está adequada à proposta.

- Módulo IV – Apresentar ao Grupo a proposta do material didático, destacando os seus elementos constitutivos e solicitar ao professor participante uma análise da proposta e promover uma discussão, levando em conta a pertinência e viabilidade da proposta no âmbito escolar foram atribuições do Tutor, contando para tal com a análise, sugestões teórica e/ou metodológicas para elaboração de material didático do Professor da Rede, bem como com a sua participação ativa na discussão, aprofundamento e interação em torno da produção do material didático do Professor PDE. Sobre o material didático, os professores se mostraram favoráveis a este dizendo que o mesmo contempla a proposta, os questionamentos no decorrer do conteúdo são pertinentes ao dia-a-dia dos alunos e que despertam interesse pelo tema que chama a atenção do leitor.

- Módulo V – Nesta etapa do programa o Professor PDE teve que pôr em prática a sua Proposta de Intervenção. Apresentar ao Grupo um texto, contendo os fundamentos teórico-metodológicos da sua proposta de intervenção na Escola, conforme sua disciplina/área do PDE, além de discutir com o GTR o processo de implementação da sua proposta de intervenção na Escola, corrigindo rumos, caso necessário. Aos professores participantes atribuiu-se a tarefa de participar na discussão, aprofundamento, a interação em torno da proposta de intervenção do Professor PDE, podendo neste caso sugerir alterações e/ou correções para a referida proposta de intervenção.

- Módulo VI – O Professor PDE solicitou ao professor participante do GTR um Plano contendo as possíveis formas de implementação de uma proposta de intervenção na sua Escola ou área de atuação. O Professor da Rede deveria encaminhar ao Tutor o Plano solicitado e participar na discussão e da análise dos resultados da Proposta de intervenção do professor PDE.

Mesmo com as dificuldades apresentadas, o GTR foi um momento rico de troca de experiências, idéias e discussões e principalmente rico pela interação com outros professores no desenvolvimento do Plano de Trabalho, da Produção do Material Didático e da Proposta de Intervenção e Implementação de seus projetos.

Participaram do meu GTR, professores de várias partes do Estado do Paraná. Todos se apresentaram e confirmaram que escolheram meu curso sobre Africanidades, pois além de gostarem do tema, na possuíam conhecimento necessário para trabalhar tema em suas escolas. Em anexo, estarão algumas das questões que discutimos durante os seis meses de GTR.

### **5.3 - Implementação do Projeto na Escola**

A Escola, como espaço privilegiado de análise e produção de conhecimento deve subsidiar os alunos no enriquecimento e sistematização dos saberes para que se tornem sujeitos capazes de interpretar com olhar crítico, o mundo que os cerca.

A problemática que se coloca aos alunos do Ensino Fundamental e Médio é descobrir, investigar, quais são as formas de se buscar a superação dos preconceitos e discriminação, de reconhecer as diferenças para, a partir daí, construir identidades e então efetivar uma igualdade, tanto de condições, como de direitos e deveres.

Ao buscar entender estas diferenças, o aluno consegue visualizar perspectivas de uma história, ampliando seu senso crítico frente às representações e conceitos que lhes são transmitidos historicamente acerca dos povos constituintes deste país, entre estes os africanos, que com seu conhecimento, tanto tecnológico, como intelectual e cultural, imprimiram uma autenticidade e uma Africanidades na forma de ser dos brasileiros.

Os sujeitos participantes deste projeto, que foi realizado no decorrer do ano letivo de 2009, foram os alunos do Ensino Fundamental e Médio, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Campo Comprido, (CEEBJA), situado em Curitiba, que atende cerca de mil alunos. Os alunos atendidos nesta modalidade de ensino são geralmente trabalhadores que por motivos diversos não concluíram seus estudos. A grande maioria deles são funcionários de indústrias, de escolas estaduais e municipais que por exigência de concurso público precisam concluir o ensino fundamental e médio, alguns já empregados e outros em busca de um novo emprego ou de melhores salários, e por exigência do mercado de trabalho, voltam a estudar.

Os mais jovens (idade mínima exigida é de 15 anos), são aqueles alunos que reprovaram várias vezes, ou por dificuldades de aprendizagem, ou por indisciplina, acabam ficando fora da faixa etária do ensino regular e por se sentirem discriminados, acabam migrando para o EJA.

Também encontramos nesta modalidade de ensino um grande número de donas de casa, aposentados, que decidem voltar a estudar devido à oportunidade que a escola oferece através da escolha de horários e de atendimento por parte dos professores, podendo o aluno optar pelo atendimento coletivo (sala de aula) e atendimento individual pelo professor da disciplina que ele escolheu para estudar.

Portanto, no decorrer do ano letivo de 2009, os alunos fizeram pesquisas bibliográficas, assistiram vídeos, analisaram dados e buscaram informações sobre a História da África, as civilizações que ali se desenvolveram, o impacto das ideologias racistas no processo educacional, propondo alternativas de superação das práticas discriminatórias e, assim, construir com outros olhares os afro-descendentes.

Seguindo o projeto, foram estudadas partes da história e a cultura dos africanos e da diáspora brasileira, na literatura, música, teatro, nas artes, nas resistências e em outras expressões culturais, resgatando o passado e o contexto histórico africano.

Com a preocupação de implementar a lei 10.639/03 efetivamente em minha escola, resolvi elaborar material didático pedagógico sobre a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira para todas as disciplinas e também meu projeto visava atingir todas as pessoas, ou seja: todos os funcionários da Escola, desde professores, equipe administrativa, equipe de serviços gerais, equipe pedagógica e logicamente os alunos, onde claramente pude perceber quase total desconhecimento da lei e a falta de interesse em conhecê-la.

Portanto, realizei três tipos de questionários: dois específicos para professores, equipe pedagógica e administrativa, e outro para os alunos do Ensino Médio e Fundamental. Nestes questionários abordei as cotas raciais, tema muito polêmico, as formas de discriminação vivenciadas por eles no seu dia a dia, sobre a lei e seu conhecimento ou desconhecimento. Em anexos, coloco os modelos de questionários.

## **Considerações Finais**

Com a preocupação de implementar a lei 10.639/03 efetivamente em minha escola, realizei dois tipos de questionários para professores e alunos com perguntas específicas sobre a questão do preconceito racial nos livros didáticos, sobre as cotas raciais, o conhecimento sobre a cultura africana em sua formação e a quantidade de informações que tinham à respeito do assunto.

A minha surpresa foi que, indiferente de serem professores, funcionários ou alunos, a grande maioria desconhecia a lei ou apenas tinham ouvido falar vagamente sobre o assunto. Grande parte destas pessoas comentou que mesmo sendo uma lei, geralmente no Brasil ela não é cumprida.

Com relação às cotas raciais, a maioria se colocou contra, com aquela velha alegação de que o negro ao aceitar as cotas ele mesmo se discrimina: “as cotas raciais mostram a incapacidade do negro, que precisa ser ajudado para entrar em uma universidade” (depoimento de uma assistente administrativa). A maioria das pessoas que responderam aos questionários se disseram favoráveis às cotas sociais e não às raciais.

Quanto as respostas dos alunos, mais precisamente os de ensino médio, constatei uma aceitação melhor, tanto nas questões das cotas, quanto na importância de se conhecer melhor a cultura e história Afro-brasileira. Alguns chegaram a comentar que nos livros didáticos só tinham lembranças do negro apanhando no tronco, trabalhando ou sofrendo algum outro tipo de castigo.

Enfim, apesar de todas as dificuldades encontradas no decorrer do meu trabalho, acredito que a implementação da lei mesmo sendo lenta, com certeza tem como objetivo principal oferecer informações e conhecimentos estratégicos para a compreensão e o combate ao preconceito e a discriminação racial nas relações pedagógicas e educacionais das escolas.

O ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira possibilitará a valorização do negro e de sua imensa contribuição para a formação e construção desta Nação.

Cumprir a lei é um comprometimento de toda à sociedade e não apenas da Escola, mas indiscutivelmente como diz a citação da conselheira Petronilha: “*Não se trata simplesmente de incluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente*

*os exclui e os desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumir-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos.”*

## **Entrevista para professores da Rede Pública Estadual**

1-Você considera importante a discussão sobre a imagem do negro no livro didático?

2-Na escolha de novos livros didáticos, você leva em consideração a qualidade das imagens apresentadas por cada autor?

3-Você considera preocupante o fato de autores de livros didáticos, apresentarem imagens de negros como escravos, analfabetos, empregadas domésticas, desempregados, meninos de rua?

4-Você presencia ou já presenciou relações étnico-raciais baseadas em preconceito que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos?

5-Como você recebeu a decretação da lei 10639/03 e do parecer 003/2004 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica?

6-Você concorda que o professor tem que estar atento para repudiar qualquer forma de discriminação e preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, obesidade, pois o desenvolvimento da personalidade das crianças também passa pelas atitudes tomadas na escola?

7-Qual é a sua opinião sobre a adoção de cotas para negros na Universidade, nos concursos públicos?

8-Existe uma razão específica para tantos alunos negros reprovarem seguidamente em determinadas disciplinas?

9-De que forma a formação de professores pode contribuir para uma formação que dê suporte para o ensino voltado para a inclusão racial e étnica?

10-Como você pode incluir a discussão da diversidade étnico-racial em sua disciplina específica . Dê exemplos.

11- O Projeto Político Pedagógico de sua escola contempla o tema racial e étnico? Dê um exemplo de como isso ocorre.

12-Você já trabalhou com a temática em sala de aula? Se a resposta for afirmativa, o que você fez? Quais recursos utilizou ? Dê exemplos.

**Questões realizadas sobre o tema para alunos de ensino Fundamental e Médio (Ceebja).**

- 1-O que você sabe sobre os negros ou sobre a África?
- 2-Você já tinha ouvido falar sobre a lei 10639/03? Justifique.
- 3-Você já presenciou algum tipo de preconceito? Em qual local ocorreu?
- 4-Na mídia (televisão, jornais, revistas, filmes, internet), você já presenciou algum tipo de discriminação? Escreva a respeito.
- 5-Como você conhece as imagens dos negros nos livros didáticos?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL**, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação.  
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.
- CAVALLEIRO**, Eliane. Do Silêncio do lar, ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- MUNANGA**, Kabengele: Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- FANON**, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1980.
- MUNANGA**, Kabengele. Negritude, usos e sentidos. São Paulo. Ática, 1988.
- MUNANGA**, Kabengele; **GOMES**, Nilma Lino. O negro no Brasil de Hoje. 1. ed. São Paulo: Global / Ação Educativa, 2006.
- DEL PRIORE**, Mary e **VENÂNCIO** Renato, Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.
- NADAI**, Elza (1992).O ensino da História no Brasil: trajetórias e perspectivas.Revista Brasileira de História, vol. 13, nº 25
- SILVA**, Paulo Vinícius Baptista da, **COSTA**, Hilton. Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras, editoras UEPG e UFPR, 2007.
- MEC** – Cadernos Temáticos – Educando para as relações étnicas – raciais. Diretrizes Curriculares do Ensino de História.  
Curso: Educação, Africanidades : Brasil – MEC – 2006.
- SANTOS**, Hélio, A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso, São Paulo, Editora SENAC, 2001.
- PACHECO**, Jairo Queiroz, **SILVA**, Maria Nilza (orgs.) O negro na Universidade - o direito à inclusão. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares- Brasília, DF: 2007.